

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.864 - PR (2019/0029477-8)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : JOEL URBANO DE ARAUJO (PRESO)
ADVOGADO : EVERSON MERINO DA SILVA - SC038742
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **JOEL URBANO DE ARAUJO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

"HABEAS CORPUS CRIME. IMPUTAÇÃO AOS ARTS. 273 DO CÓDIGO PENAL E 33 DA LEI 11.343/2006. MEDIDAS CAUTELARES APLICADAS AO PACIENTE. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE QUALQUER ATIVIDADE QUE INTEGRE À SAÚDE, COM PROIBIÇÃO DE ACESSO OU PERMANÊNCIA EM SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL – FARMÁCIA, ONDE FORAM, EM TESE, PRATICADOS OS FATOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. DEMONSTRAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DE FATO QUE JUSTIFICAM A MEDIDA APLICADA. NECESSIDADE DE SE GARANTIR QUE DELITOS DA ESPÉCIE NÃO SE RENOVEM NO ESTABELECIMENTO FARMACÊUTICO. WRIT CONHECIDO E NÃO PROVIDO." (e-STJ, fls. 99-100.)

O recorrente foi preso em flagrante por suposta prática de venda de medicamentos contrabandeados e substâncias entorpecentes em estabelecimento comercial farmacêutico, teve a prisão convertida em medidas cautelares diversas, dentre elas a proibição de permanecer ou acessar o estabelecimento comercial local dos fatos (Farmácia Catedral), bem como a suspensão do exercício de qualquer atividade que integre à saúde.

Neste recurso, o recorrente pleiteia o afastamento da medida cautelar relacionada ao exercício da atividade comercial.

O pedido de liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso.

É o relatório.

Inicialmente, observo que, como apontado pelo Ministério Público Federal, o presente recurso ordinário é intempestivo, uma vez que a intimação se deu em 26/7/2018 (e-STJ, fl. 111) e o recurso foi protocolado em 13/8/2018.

Contudo, passo à análise das razões, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

O recorrente e sua esposa foram presos em flagrante pela prática, em tese, de venda de medicamentos contrabandeados e substâncias entorpecentes em farmácia que administravam.

Beneficiados com a liberdade provisória, foram aplicadas as seguintes medidas cautelares diversas da prisão:

"[...] concedo a liberdade provisória a Joel Urbano de Araújo e Patrícia Rodrigues de Araújo, impondo aos autuados, com fundamento nos artigos 282 e 319 do CPP, sob pena de decretação da prisão preventiva (artigo 312, parágrafo único, do CPP), as seguintes medidas cautelares: I – comparecimento periódico mensal em Juízo, para informar e justificar suas atividades (art. 319, I, do CPP); II - proibição de ausentar-se desta Comarca, por prazo superior a 07 (sete) dias, sem autorização judicial (art. 319, IV, do CPP); III – suspensão do exercício de qualquer atividade que integre à saúde, ficando inclusive proibidos de terem acesso/permanência ao estabelecimento comercial *Farmácia Catedral*; IV – recolhimento de fiança, que arbitro em 50 salários mínimos para cada um, observadas as implicações dos artigos 327 e 328 do Código de Processo Penal." (e-STJ, fls. 101-102.)

Ao *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem foi negado provimento nestes termos:

"Consoante bem retratado na r. decisão que concedeu medidas cautelares diversas da prisão, deveras necessária a suspensão do exercício de qualquer atividade pelo paciente que integre à saúde, inclusive mediante a proibição de acesso ou permanência no estabelecimento comercial *Farmácia Catedral*, vez que os delitos apurados no caso se deram em razão do labor exercido dentro da referida farmácia, ou seja, a venda de medicamentos contrabandeados e de substâncias entorpecentes.

Não se vislumbra nenhuma irregularidade na aplicação da medida cautelar de afastamento ou suspensão do paciente de atividades da área da saúde, vez que os delitos e fatos apurados dão conta da necessidade de sobredita medida, a fim de que a ocorrência de crimes desta espécie (contra a saúde pública) não se perpetuem no estabelecimento farmacêutico de propriedade e administração do paciente.

Dispõe o artigo 282, em seus incisos I e II, do Código de Processo Penal, que as medidas cautelares somente poderão ser fixadas, por força do princípio da proporcionalidade, quando necessárias à aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais, e quando adequadas à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado ou acusado.

Logo, estando devidamente justificada a necessidade e a adequação da medida à situação fática dos autos, perfeitamente possível a aplicação da medida cautelar que assegura a não reiteração da grave conduta atribuída ao paciente.

[...]

Evidencia-se dos autos que o paciente se valeu, em tese, de sua atividade econômica habitual para a prática da conduta tipificada nos arts. 273 do Código Penal e art. 33 da Lei 10.826/2003, o que leva a crer que há justo receio de sua utilização para atividade criminosa, devendo-se, portanto, resguardar a ordem pública.

Por fim, frise-se que as matérias de mérito alegadas no writ ou que demandem cunho probatório, não podem ser analisadas em via estreita.

[...]

Diante do exposto, é caso de manutenção da decisão objurgada, e não concessão da ordem pleiteada." (e-STJ, fls. 102-104.)

Acerca das medidas cautelares diversas da prisão, por elucidativo da questão, vale trazer à baila trecho do voto proferido pelo Ministro Rogério Schietti, no julgamento do HC n. 268.387/SP:

"A principal modificação introduzida no sistema processual penal com a Lei nº 12.403/11 foi o abandono do sistema bipolar – em que o magistrado ou impunha prisão ou concedia a liberdade provisória – passando a prever-se a possibilidade do uso de várias alternativas à prisão, cada qual adequada a regular o caso concretamente examinado. Assim, pelo novo sistema, o juiz, ao deparar-se com um caso concreto, deverá, nos termos do artigo 282 do CPP, inicialmente observar:

1. se a plena liberdade do investigado ou acusado representa um risco (periculum libertatis) que justifica a necessidade da cautela, para resguardar a aplicação da lei penal, a investigação ou a instrução criminal, ou, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais (garantia da ordem pública ou econômica); 2. se está presente o pressuposto básico de qualquer cautela, ou seja, prova da existência de um crime e indícios suficientes de autoria (fumus comissi delicti);

Presentes, então, as exigências cautelares – necessidade da cautela para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais (art. 282, I, do CPP) –, caberá ao magistrado decidir qual (ou quais) das medidas previstas em lei será a mais adequada e suficiente para prover a situação concreta. Para tanto, como dito no inciso II do artigo 282 do CPP, deverá considerar a adequação da medida à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado ou acusado."

O art. 319 do Código de Processo Penal arrola as medidas cautelares diversas da prisão:

"Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão:

I - comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;

II - **proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações;**

III - proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante;

IV - proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;

V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga

quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos;

VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais;

VII - internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração;

VIII - fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial;

IX - monitoração eletrônica."

Dessa forma, não se vislumbra a ocorrência de constrangimento ilegal a ser sanado de ofício, pois a medida de proibição de acesso e permanência à farmácia onde as substâncias ilícitas foram apreendidas tem previsão legal.

Além do mais, a medida visa garantir a ordem pública, uma vez que o risco de reiteração delitiva, ao se permitir o retorno do recorrente às atividades que estão diretamente relacionadas ao crime ao qual responde, é latente.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

"FURTO SIMPLES. PRISÃO EM FLAGRANTE. CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA CONDICIONADA. CRIME COM PENA MÁXIMA IGUAL A QUATRO ANOS. ÓBICE DO ART. 313 DO CPP. INAPLICABILIDADE EM RELAÇÃO À INCIDÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES. ART. 319 DO CPP. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PROPORCIONALIDADE E ADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS APLICADAS. ILEGALIDADE NÃO DEMONSTRADA.

1. A restrição constante no art. 313, inciso I, do CPP, diz respeito apenas ao decreto de prisão preventiva, não havendo portanto qualquer óbice para a incidência de medidas alternativas na hipótese dos autos, em que o paciente é acusado da prática de furto simples, ainda que se trate de crime ao qual é cominada pena máxima em abstrato igual a 4 (quatro) anos de reclusão.

2. As medidas cautelares determinadas pelo Juízo de origem, consistentes no comparecimento quinzenal ao juízo, na proibição de se ausentar da comarca e na fixação de um distanciamento mínimo a ser mantido em relação à vítima e seus familiares, diante das circunstâncias do caso, mostram-se proporcionais e adequadas às finalidades acautelatórias pretendidas, quais sejam assegurar o bom andamento da instrução criminal e garantir a aplicação da lei penal, inexistindo, portanto, qualquer ilegalidade a ser sanada de ofício quanto ao tema.

3. Habeas corpus não conhecido."

(HC 246.582/MG, rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, j. 11/2/2014, DJe 25/2/2014.)

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO EM

HABEAS CORPUS. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. DADOS CONCRETOS. DESVIO DE FINALIDADE. NÃO CONFIGURADO. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. ADEQUAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada por seus próprios fundamentos.

II - A Lei n. 12.403/2011 alterou significativamente dispositivos do Código de Processo Penal, notadamente os artigos 319 e 320, nos quais se estabeleceu a possibilidade de imposição de medidas alternativas à prisão cautelar, no intuito de permitir ao magistrado, diante das peculiaridades de cada caso concreto, e dentro dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, estabelecer a medida mais adequada.

III - In casu, revela-se consentâneo com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e adequação, as medidas cautelares impostas, as quais foram estabelecidas de maneira suficiente aos fins visados.

IV - As medidas deferidas também estão devidamente fundamentadas em dados concretos extraídos dos autos, especialmente se consideradas as peculiaridades do caso, em que constatados fortes indícios de que estaria a recorrente a manter contas secretas no exterior, mediante a movimentação de valores entre si e seu pai, acusado de ter intermediado o pagamento de vantagem indevida a executivos da Petrobrás. Esta a razão pela qual, não há como se conceber como fato incontroverso, o de que tenha a medida cautelar sido imposta à agravante, unicamente em razão da conduta de seu genitor.

V - Rever a fundamentação para além da moldura fática consignada no acórdão ora recorrido, ainda que para apreciar a negativa da recorrente com relação aos fatos descritos na representação ministerial, demandaria revolvimento fático-probatório, medida inviável na via estreita do writ. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no RHC 102.076/PR, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, j. 23/10/2018, DJe 29/10/2018.)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator